



## CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES

### ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO, REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE LEIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA.

Aos 04 (quatro) dias do mês de maio do ano de 2026, às 8:30h, no Plenário "Maria Ortiz" do Palácio Atilio Vivácqua, situado à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, em Bento Ferreira, nesta Cidade, realizou-se a 7ª (sétima) Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público, Redação e Fiscalização de Leis da 2ª (segunda) Sessão Legislativa da 20ª (vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de Vitória, sob a Presidência do Sr. Vereador Luiz Emanuel. Presentes: os membros, Srs. Vereadores Davi Esmael, Aloísio Varejão e Karla Coser; Ausente: o Vice-Presidente, Sr. Vereador Maurício Leite. Deu-se início à **Ordem do dia**, para deliberação dos pareceres referentes à **REDAÇÃO FINAL** da seguinte proposição: **01) Projeto de Lei nº 437/2025, oriundo do Processo nº 25615/2025 – Ementa: "Dispõe sobre a política de identificação, apoio e inclusão educacional de crianças e adolescentes com altas habilidades ou superdotação no Município de Vitória, e dá outras providências."**, de autoria dos Vereadores Davi Esmael, Dalto Neves e Mara Maroca. O Sr. Presidente Luiz Emanuel avocou a Relatoria, tendo emitido Parecer pela aprovação da Redação Final. Submetido o PARECER à VOTAÇÃO, este foi APROVADO por 03 (três) votos SIM, dos Srs. Vereadores Luiz Emanuel, Karla Coser e Davi Esmael, e NENHUM voto NÃO. REDAÇÃO FINAL APROVADA. Após, o Presidente da Comissão, Sr. Vereador Luiz Emanuel, passou à deliberação dos pareceres referentes aos seguintes **PROJETOS DE LEI: 01) Projeto de Lei nº 218/2023, oriundo do Processo nº 11418/2023 – Ementa: "Denomina "Lula Rocha" o Centro de Referência da Juventude (CRJ), localizado na Av. Vitória, 1320 - Ilha de Santa Maria e dá outras providências."**, de autoria da Vereadora Karla Coser. O Sr. Vereador Aylton Dadalto foi designado como Relator, tendo emitido Parecer pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria com condição ("condicionadas à juntada da certidão de óbito do homenageado até a data da próxima Reunião da Comissão, nos termos do art. 41 da Lei Municipal nº 6.080/2003, bem como à confirmação da inexistência de denominação anterior para o Centro de Referência em questão."). Durante o momento de **discussão**, o Sr. Vereador Davi Esmael solicitou que constasse em ata sua fala: "que defende posicionamento contrarário ao mérito da matéria, embora, neste momento, vote favoravelmente à sua Constitucionalidade". Submetido o PARECER à VOTAÇÃO, este foi APROVADO por 03 (três) votos SIM, dos Srs. Vereadores Luiz Emanuel, Karla Coser e Davi Esmael, e NENHUM voto NÃO. PARECER pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria APROVADO. **02) Projeto de Lei nº 163/2025, oriundo do Processo nº 12251/2025 – Ementa: "Institui o Programa Municipal de Valorização das Trabalhadoras Domésticas no âmbito da Cidade de Vitória."**, de autoria da Vereadora Ana Paula Rocha. O Sr. Vereador Aylton Dadalto foi designado como Relator, tendo emitido Parecer pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria. Vista concedida ao Sr. Vereador Professor Jocelino que apresentou voto em separado pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria. Submetido o PARECER do Relator à VOTAÇÃO, este foi APROVADO por 03 (três) votos SIM, dos Srs. Vereadores Luiz Emanuel, Karla Coser e Davi Esmael, e NENHUM voto NÃO. PARECER do RELATOR pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria APROVADO. **03) Projeto de Lei nº 164/2025, oriundo do Processo nº 12302/2025 – Ementa: "Altera a Lei nº 9.195/2017, que dispõe sobre a organização e a fiscalização das instalações de infraestrutura de suporte e dos cabos e fiações aéreas no Município de Vitória e dá**

outras providências.”, de autoria do Vereador **Dárcio Bracarense**. O Sr. Vereador **Aylton Dadalto** foi designado como **Relator**, tendo emitido **Parecer** pela Inconstitucionalidade e Ilegalidade da matéria. O Sr. Vereador **Davi Esmael** sugeriu que este projeto fosse retirado de pauta, o que foi acatado pelo Sr. Presidente. **MATÉRIA RETIRADA DE PAUTA**. Em seguida, o Presidente da Comissão, Sr. Vereador **Luiz Emanuel**, inverteu a pauta, deixando o projeto constante no item 4 para votação ao final da Sessão. **05) Projeto de Lei nº 209/2025, oriundo do Processo nº 14514/2025 – Ementa:** “Altera a Lei nº. 9.278/2018, que institui o Calendário de Eventos e Datas Comemorativas do Município de Vitória para instituir o Dia Municipal do Educador Social.”, de autoria da Vereadora **Ana Paula Rocha**. A Sra. Vereadora **Karla Coser** foi designada como **Relatora**, tendo emitido **Parecer** pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria com condição (“mediante juntada da íntegra da Lei nº 9.278/2018 até a data da reunião da Comissão.”). Juntada de Documento nº 23/2025 protocolado pela Vereadora Autora no dia 18/08/2025. Submetido o **PARECER** à **VOTAÇÃO**, este foi **APROVADO** por **03 (três) votos SIM**, dos Srs. Vereadores Luiz Emanuel, Karla Coser e Davi Esmael, e **NENHUM** voto **NÃO**. **PARECER** pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria **APROVADO**. **06) Projeto de Lei nº 265/2025, oriundo do Processo nº 18329/2025 – Ementa:** “Altera a Lei nº 10.178, de 16 de junho de 2025, que institui o Programa Bike Legal no Município de Vitória, para revogar o §2º do art. 5º e corrigir a referência normativa constante no art. 2º, inciso I.”, de autoria do Vereador **Aylton Dadalto**. O Sr. Vereador **Professor Jocelino** foi designado como **Relator**, tendo emitido **Parecer** pela Inconstitucionalidade e Ilegalidade da matéria. Vista concedida à Sra. Vereadora **Karla Coser** na 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público, Redação e Fiscalização de Leis, ocorrida em 23/02/2026, que apresentou **voto em separado** pela Constitucionalidade e Legalidade com Emenda Supressiva. Submetido o **PARECER** do **Relator** à **VOTAÇÃO**, este foi **REJEITADO** por **03 (três) votos NÃO**, dos Srs. Vereadores Luiz Emanuel, Karla Coser e Davi Esmael, e **NENHUM** voto **SIM**. **PARECER** pela Inconstitucionalidade e Ilegalidade da matéria **REJEITADO** (**Parecer em separado da Vereadora Karla Coser** pela Constitucionalidade e Legalidade com emenda supressiva **APROVADO**). **07) Projeto de Lei nº 281/2025, oriundo do Processo nº 19778/2025 – Ementa:** “Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de exame de ultrassom com emissão de batimentos cardíacos do nascituro, previamente à realização de aborto nos casos autorizados por Lei.”, de autoria do Vereador **Davi Esmael**. O Sr. Vereador **Professor Jocelino** foi designado como **Relator**, tendo emitido **Parecer** pela Inconstitucionalidade e Ilegalidade da matéria. Submetido o **PARECER** à **VOTAÇÃO**, esta restou **PREJUDICADA** por **02 (dois) votos NÃO**, dos Srs. Vereadores Luiz Emanuel e Davi Esmael, **01 (um) voto SIM**, da Sra. Vereadora **Karla Coser**, e **01 (um) voto ABSTENÇÃO**, do Sr. Vereador **Aloísio Varejão**. **VOTAÇÃO PREJUDICADA**. **08) Projeto de Lei nº 275/2025, oriundo do Processo nº 19240/2025 – Ementa:** “Cria a lei “Dra. Maria Beatrix de Lorenzo”, que estabelece diretrizes para a promoção da inclusão escolar na Rede Municipal de Ensino, com incentivo à formação continuada e ao uso de técnicas de abordagem estratégicas na assistência a alunos com necessidades educacionais especiais.”, de autoria do Vereador **Aylton Dadalto**. O Sr. Vereador **Maurício Leite** foi designado como **Relator**, tendo emitido **Parecer** pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria. Vista concedida à Sra. Vereadora **Karla Coser** na 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público, Redação e Fiscalização de Leis, ocorrida em 23/02/2026, que apresentou **voto em separado** pela Constitucionalidade e Legalidade com Emenda Modificativa. Submetido o **PARECER** à **VOTAÇÃO**, esta restou **PREJUDICADA** por **02 (dois) votos SIM**, dos Srs. Vereadores **Aloísio Varejão** e **Davi Esmael**, **01 (um) voto NÃO**, da Sra. Vereadora **Karla Coser**, e **01 (um) voto ABSTENÇÃO**, do Sr. Vereador **Luiz Emanuel**. **VOTAÇÃO PREJUDICADA**. **09) Projeto de Lei nº 258/2025, oriundo do Processo nº 17713/2025 – Ementa:** “Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para instituir o Programa Municipal de Capacitação Continuada em Educação Inclusiva e dá outras providências.”, de autoria da Vereadora **Mara Maroca**. A Sra. Vereadora **Karla Coser** foi designada como **Relatora**, tendo emitido pelo **Parecer** pela Inconstitucionalidade e Ilegalidade da matéria. Parecer Jurídico opinativo nº 16/2026 apresentado pela Procuradoria desta Casa de Leis conclusivo pela inconstitucionalidade formal e ilegalidade do projeto de Lei. Submetido o **PARECER** à **VOTAÇÃO**,

esta restou **PREJUDICADA** por **02 (dois)** votos **SIM**, dos Srs. Vereadores Luiz Emanuel e Karla Coser, **02 (dois)** votos **NÃO**, dos Srs. Vereadores Davi Esmael e Aloísio Varejão. **VOTAÇÃO PREJUDICADA. 10) Projeto de Lei nº 294/2025, oriundo do Processo nº 20448/2025 – Ementa: “Institui os Pontos de Apoio aos Motociclistas, Ciclistas e Ciclistas de Bike Elétrica – Motovix no Município de Vitória/ES, autoriza parcerias para sua implantação e manutenção, cria o selo Parceiro Motovix e dá outras providências.”**, de autoria do Vereador Aylton Dadalto. O Sr. Vereador **Maurício Leite** foi designado como **Relator**, tendo emitido pelo **Parecer** pela **Inconstitucionalidade e Ilegalidade da matéria**. O Sr. Vereador Davi Esmael apresentou, **oralmente**, **Voto em Separado** pela **Constitucionalidade e Legalidade da matéria**, divergindo do parecer anteriormente proferido pelo Relator. Submetido o **PARECER** à **VOTAÇÃO**, este foi **REJEITADO** por **04 (quatro)** votos **NÃO**, dos Srs. Vereadores Luiz Emanuel, Karla Coser, Aloísio Varejão e Davi Esmael, e **NENHUM** voto **SIM**. **PARECER pela Inconstitucionalidade e Ilegalidade da matéria REJEITADO (Parecer oral em separado apresentado pelo Vereador Davi Esmael pela Constitucionalidade e Legalidade APROVADO).** **11) Projeto de Lei nº 302/2025, oriundo do Processo nº 20655/2025 – Ementa: “Estabelece diretrizes para a concessão de auxílio-aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no Município de Vitória.”**, de autoria da Vereadora Ana Paula Rocha. O Sr. Vereador **Professor Jocelino** foi designado como **Relator**, tendo emitido pelo **Parecer** pela **Constitucionalidade e Legalidade da matéria**. O Sr. Vereador **Aloísio Varejão** pediu **VISTA** do referido projeto, que lhe foi concedida pelo Sr. Presidente. **VOTAÇÃO NÃO REALIZADA. 12) Projeto de Lei nº 306/2025, oriundo do Processo nº 20945/2025 – Ementa: “Institui a rota turística refúgio da mata atlântica, visando incentivar a divulgação, a conservação e o aproveitamento ecoturístico no Município de Vitória.”**, de autoria do Vereador **Dárcio Bracarense**. O Sr. Vereador **Professor Jocelino** foi designado como **Relator**, tendo emitido pelo **Parecer** pela **Constitucionalidade e Legalidade da matéria**. Submetido o **PARECER** à **VOTAÇÃO**, este foi **APROVADO** por **04 (quatro)** votos **SIM**, dos Srs. Vereadores Luiz Emanuel, Karla Coser, Aloísio Varejão e Davi Esmael, e **NENHUM** voto **NÃO**. **PARECER pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 309/2025, oriundo do Processo nº 21206/2025 – Ementa: “Institui a rota turística resgatando memórias, visando a preservação histórico-patrimonial da identidade sociocultural do centro de Vitória.”**, de autoria do Vereador **Dárcio Bracarense**. O Sr. Vereador **Professor Jocelino** foi designado como **Relator**, tendo emitido pelo **Parecer** pela **Constitucionalidade e Legalidade da matéria**. Submetido o **PARECER** à **VOTAÇÃO**, este foi **APROVADO** por **04 (quatro)** votos **SIM**, dos Srs. Vereadores Luiz Emanuel, Karla Coser, Aloísio Varejão e Davi Esmael, e **NENHUM** voto **NÃO**. **PARECER pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 313/2025, oriundo do Processo nº 21345/2025 – Ementa: “Altera a Lei nº 8515/2013, para garantir direitos aos atletas da categoria master.”**, de autoria do Vereador **Bruno Malias**. O Sr. Vereador **Aylton Dadalto** foi designado como **Relator**, tendo emitido pelo **Parecer** pela **Constitucionalidade e Legalidade da matéria**. Submetido o **PARECER** à **VOTAÇÃO**, este foi **APROVADO** por **04 (quatro)** votos **SIM**, dos Srs. Vereadores Luiz Emanuel, Karla Coser, Aloísio Varejão e Davi Esmael, e **NENHUM** voto **NÃO**. **PARECER pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 314/2025, oriundo do Processo nº 21350/2025 – Ementa: “Altera o anexo I, da Lei nº 9.278/2018 de 08 de junho de 2018, que institui o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas no Município de Vitória, para incluir o Evento Corrida e Caminhada da Mulher.”**, de autoria do Vereador **Aylton Dadalto**. O Sr. Vereador **Professor Jocelino** foi designado como **Relator**, tendo emitido pelo **Parecer** pela **Constitucionalidade e Legalidade da matéria**. Submetido o **PARECER** à **VOTAÇÃO**, este foi **APROVADO** por **04 (quatro)** votos **SIM**, dos Srs. Vereadores Luiz Emanuel, Karla Coser, Aloísio Varejão e Davi Esmael, e **NENHUM** voto **NÃO**. **PARECER pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 204/2025, oriundo do Processo nº 14055/2025 – Ementa: “Institui a “Campanha Permanente de Conscientização do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” no Município de Vitória/ES e dá outras providências.”**, de autoria da Vereadora **Ana Paula Rocha**. A Sra. Vereadora **Karla Coser** foi designada como **Relatora**, tendo emitido pelo **Parecer** pela **Constitucionalidade**

e Legalidade da matéria. Submetido o **PARECER** à **VOTAÇÃO**, este foi **APROVADO** por **04 (quatro)** votos **SIM**, dos Srs. Vereadores Luiz Emanuel, Karla Coser, Aloísio Varejão e Davi Esmael, e **NENHUM** voto **NÃO**. **PARECER pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria APROVADO.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente Reunião, convocando antes os Srs. Vereadores a comparecerem à próxima **Reunião**, a realizar-se no dia **18 (dezoito) de maio de 2026**, no Plenário desta Casa de Leis. Do que, para constar, o Serviço de Apoio às Comissões Permanentes lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente desta Comissão. Eu, Juliana da Silva Nascimento, Servidor(a) desta Casa de Leis, matrícula 7899, redigi a presente ata.



Vereador Luiz Emanuel

**Presidente da Comissão de Justiça**



Juliana da Silva Nascimento – Matrícula 7899

**Diretoria de Processo Legislativo e das Comissões Parlamentares**